

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.813 - PE (2017/0125579-9)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**  
**RECORRIDO : LÚCIA HELENA MAGALHAES FRANCA**  
**ADVOGADO : WILTON SANTOS - PE016199**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. RECONHECIMENTO DO DÉBITO PELA ADMINISTRAÇÃO. EXERCÍCIOS ANTERIORES. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 297-298):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. VALORES ATRASADOS RECONHECIDOS ADMINISTRATIVAMENTE, MAS NÃO PAGOS. DIREITO AO RECEBIMENTO. EXISTÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. Discute-se se a autora faz jus ao recebimento dos valores em atraso, que lhe foram reconhecidos administrativamente, mas não foram pagos (correspondentes às diferenças salariais decorrentes do RSC-III, consoante Portaria nº 308/2015-GR);

2. Legitimidade passiva do IFPE configurada, dado que a autora é servidora pertencente aos seus quadros. O fato de existirem normas, editadas pela União, para disciplinar o pagamento de valores relativos a exercícios anteriores não retiram do órgão pagador a legitimidade para figurar no polo passivo da demanda;

3. A despeito de reconhecidos administrativamente, os valores em questão não foram pagos, configurando mora da Administração, o que justifica a atuação do Judiciário;

4. Tampouco é de se acolher a alegação de que não haveria previsão orçamentária para proceder ao pagamento dos atrasados, visto que não pode o servidor, para receber o que lhe é devido, ficar sujeito a condições administrativas ou a ter que aguardar dotação orçamentária sem termo definido;

5. A egrégia Segunda Turma desta Corte tem entendido que desde a manifestação do STF nos autos das ADI 4357/DF, que considerou inconstitucional a redação do art. 1º-F da Lei 9.494/97, dada pelo art. 5º da Lei 11.960/09, é aplicável o IPCA-E (e não a TR), nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal. Esse pronunciamento da Corte Suprema

# *Superior Tribunal de Justiça*

inspira obediência desde a publicação de sua ata, e mesmo a posterior modulação de efeitos concernira tão só aos precatórios já expedidos, de modo que não diz respeito aos processos cuja execução/cumprimento de sentença estejam em andamento, como no caso presente;

6. Honorários advocatícios arbitrados na sentença em 10% sobre o valor da causa (este fixado em R\$ 118.367,76), reduzidos para R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos moldes do CPC/73, em vigor na data da propositura da ação;

7. Apelação parcialmente provida.

O recorrente alega violação dos artigos 2º, 5º, XXXVI, § 5º, 165, 167, 169 da Constituição Federal, 37 da Lei 4.320/1964, 22 do Decreto 93.872/1986, 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000 e 1º-F da Lei 9.494/1997, sob os argumentos de que: (a) "a ordem de pagamento não pode ser dirigida à IFPE, mas sim à UNIÃO que detém a legitimidade passiva neste caso" (fl. 306); (b) "a IFPE reconhece que há diferença a ser paga, mas o seu pagamento deve observar a ordem de prioridades e planejamento de gastos de todo o governo federal, com suas prioridades e limites" (fl. 309); e (c) "o acórdão recorrido, ao determinar a aplicação do IPCA-E como índice de correção monetária, afastando a TR, ao fundamento da existência de declaração de inconstitucionalidade, contraria não somente o art. 1º-F, da Lei 9494/97 com a redação dada pela Lei 11.960/2009, mas também o art. 102, § 2º, da Constituição Federal" (fl. 311).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 340-341.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, observa-se que em cumprimento à determinação de fl. 348, os presentes autos retornaram ao Tribunal de origem para aguardar a decisão final a ser proferida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 870.947/SE.

Ocorre que, com o retorno dos autos, a parte ora recorrida apresentou petição manifestando renúncia aos juros de mora/correção monetária na forma fixada no acórdão recorrido (tema 810), concordando em percebê-los segundo os critérios da Lei n. 11.960/2009, pretensão que, após anuência do recorrente, foi homologada pela instância ordinária (fls. 766-767).

Tem-se, desse modo, que não remanesce interesse recursal alusivo à apontada violação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.

Quanto aos demais aspectos, melhor sorte não socorre a parte insurgente.

Com efeito, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, o recurso especial é destinado tão somente à uniformização da interpretação do direito federal, não sendo, assim, a via adequada para a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, cuja competência pertence ao Supremo Tribunal Federal. Por tal motivo, não se conhece do apelo especial no tocante à alegação de violação dos artigos 2º, 5º, XXXVI, § 5º, 165, 167, 169 da CF/88.

De outro lado, no que diz respeito à alegação de ofensa aos artigos 37 da Lei 4.320/1964, 22 do Decreto 93.872/1986 e 1º, § 1º, da Lei Complementar 101/2000, o acórdão recorrido consignou o seguinte (fl. 297):

[...]

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva do IFPE, dado que a autora é servidora pertencente aos seus quadros. O fato de existirem normas, editadas pela União, para disciplinar o pagamento de valores relativos a exercícios anteriores não retira do órgão pagador a legitimidade para figurar no polo passivo da demanda.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A despeito de reconhecidos administrativamente, os valores em questão não foram pagos, configurando mora da Administração, o que justifica a atuação do Judiciário.

Tampouco é de se acolher a alegação de que não haveria previsão orçamentária para proceder ao pagamento dos atrasados, visto que não pode o servidor, para receber o que lhe é devido, ficar sujeito a condições administrativas ou a ter que aguardar dotação orçamentária sem termo definido.

[...]

O recorrente, contudo, não impugnou a referida fundamentação nas razões do recurso especial que, por si só, assegura o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem e torna inadmissível o recurso que não a impugnou. Aplica-se ao caso a Súmula 283/STF.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial. Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator